

Mobilidade educacional de alunos negros da pós-graduação

Marcos Antonio Batista da Silva¹
marcos.psico@yahoo.com.br
PUC-SP/Centro Universitário FIEO

Resumo

Este estudo se integra à linha de pesquisa “Aportes da Psicologia Social à compreensão de problemas sociais”, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) junto ao Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI), tendo por objetivo geral analisar discursos étnico-raciais proferidos por quatro mestres, homens e mulheres, residentes na cidade de São Paulo e região metropolitana. Como objetivo específico pretende-se captar, descrever e interpretar discursos referentes ao acesso, permanência, apoios e barreiras enfrentadas, por estes mestres para terminar o mestrado. Esta tese fundamenta-se primeiramente na perspectiva teórica de Rosemberg et al. (2003) e Guimarães (2002), entendendo raça como uma construção social e um conceito analítico fundamental para a compreensão de desigualdades socioestruturais e simbólicas instituídas e observadas na sociedade brasileira. Segundo, adotamos uma concepção de racismo que integra as dimensões estrutural e simbólica na compreensão da produção e reprodução das desigualdades sociais segundo Essed (1991), Rosemberg et al.(2003) e Guimarães (2005). No campo metodológico, utilizamos a hermenêutica de profundidade (HP), proposta por Thompson (2011). Adotamos também a análise de conteúdo, fundamentada em Bardin (2011). Os resultados indicam que as trajetórias educacionais dos entrevistados desta pesquisa foram pautadas de desigualdades sociais em razão de um racismo que integra as dimensões estrutural e simbólica na sociedade brasileira. Isto é, esse racismo atenta simultaneamente para as dimensões simbólica e estrutural na produção e sustentação de desigualdades sociais.

Palavras-chave: Pesquisadores negros; Relações raciais; Educação; Desigualdades; Racismo.

Introdução

A PUC-SP vem sendo palco de inúmeros debates provocados por docentes e discentes sobre a cultura afro-brasileira, as políticas de ações afirmativas e também as relações entre África e Brasil. Ao se inserir no universo dos estudos das relações raciais, e situar o assunto no campo da Psicologia Social no Brasil, é possível apreender que a temática das relações raciais integra há muito tempo o campo de estudos da Psicologia no Brasil (final do século XIX e início do XX), - Escola Nina Rodrigues. O período

¹ Pesquisa realizada na PUC-SP, com o apoio da CAPES no Brasil e no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE, junto ao Centro de Estudos Sociais – CES, na Universidade de Coimbra, Portugal.

entre (1930 – 1950) foi marcado pela introdução da Psicologia na educação superior e pelo debate sobre a construção sociocultural das diferenças e da desconstrução do determinismo biológico de raças. No período da década de 1990, é retomada a discussão de maneira crítica sobre o legado social do “branqueamento” e de seus efeitos psicológicos sobre a identidade étnico/racial da população negra (Santos et al.,2012).

No período entre (2000-2015) encontramos uma produção que dá ênfase a violência psicológica do preconceito e do racismo, ao monitoramento dos efeitos das políticas e dos programas de promoção da igualdade étnico-raciais (ações afirmativas, ensino da História e cultura afro-brasileira), bem como aos estudos sobre desigualdades de gênero, raça, idade e classe no contexto da educação brasileira (Silva, 2016).

Assim ao analisar discursos étnico-raciais proferidos por quatro negros, titulados mestres, - duas mulheres e dois homens - (pretos e/ou pardos), residentes na cidade ou região metropolitana de São Paulo sobre suas trajetórias educacionais até o mestrado é importante considerar a relação entre a condição social, as vicissitudes de sua inserção no mundo dos brancos e uma notória capacidade de superar barreiras. Ademais, as questões de equidade de acesso, permanência e progressão aos níveis mais elevados de escolarização (pós-graduação), possam ser conhecidas, mensuradas e acompanhadas pela sociedade brasileira.

O temo raça

Se tomado na perspectiva biológica, o conceito de raça esconde algo não proclamado: a relação de poder e de dominação (Munanga, 2003). Entende-se que a definição de raça como um conceito biológico — ou pelo menos como uma noção sobre diferenças biológicas, objetivas (fenótipos), entre seres humanos — esconde tanto o caráter racista das distinções de cor, quanto o seu caráter construído, social e cultural.

O termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira.

Contudo, o termo raça, foi ressignificado pelo Movimento Negro que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos, ou seja, o conceito de raça ao ser usado com conotação política permite, por exemplo, aos negros valorizar a característica e romper com as teorias raciais que foram formuladas no século XIX e até hoje permeiam o imaginário popular. “A discussão

sobre raça no Brasil e nos mais variados contextos não se faz no isolamento. Antes se articulam às questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas mais amplas” (Gomes, 2012, p. 729).

Para esta pesquisa utilizamos o conceito de raça na perspectiva do NEGRI que considera o conceito de raça como uma construção social com pouca ou nenhuma base biológica, mas que ganha sentido ao ser utilizado para orientar e compreender classificações sociais hierarquizadas. Portanto, o sentido atribuído ao termo raça não é aquele da biologia, sentido desacreditado em meio acadêmico, mas que permanece vivo no senso comum para classificar hierarquicamente segmentos sociais (Rosemberg, 2006).

O conceito analítico de raça como construção social é fundamental para a compreensão das desigualdades sociais, estruturais e simbólicas observadas na sociedade em geral. Dessa maneira, o uso do conceito de raça no âmbito das ciências humanas e sociais ajuda a atribuir realidade social a certas discriminações e, por conseguinte, a lutar contra elas (Guimarães, 2003).

Tais conceitos de raça aqui apresentados, permitem sustentar um olhar analítico e político para o campo de estudos das relações raciais, no intuito de descrever e interpretar a operação do racismo estrutural e simbólico na produção e sustentação de desigualdades sociais brasileiras, bem como refletir sobre estratégias para sua superação, nosso próximo tópico.

Estudos sobre racismo

O racismo tem sido fartamente explicitado na literatura sobre as relações raciais Essed (1991), Munanga (2003), Rosemberg et al.(2003) e Guimarães (2005). Em sociedades como a brasileira, o racismo se desenvolve estabelecendo uma separação que é feita a partir da cor/raça das pessoas, permitindo aos brancos ocuparem posições superiores na hierarquia social, enquanto os negros são mantidos nas posições inferiores, independentemente de sua condição socioeconômica ou quaisquer outros privilégios. Entende-se que, nas disputas cotidianas e gerais, o fato de ser negro cria barreiras para ocupar as melhores posições na hierarquia social.

Como bem observou Munanga (2003), tratamos de um racismo por analogia, resultante da biologização de um conjunto de pessoas pertencendo a uma mesma categoria social, de modo a caracterizá-la como portadora de um estigma corporal. Temos nesse caso o uso popular do conceito de racismo, que pode ser qualificado como

qualquer atitude ou comportamento de rejeição e de injustiça social. Nesse aspecto, conforme observou o autor, o uso generalizado do termo racismo pode constituir uma armadilha ideológica, na medida em que pode levar a um esvaziamento da importância de seus efeitos nefastos no mundo.

Outro eixo de deslocamento do racismo é observado por Munanga (2003), a implantação do *apartheid* na África do Sul em 1948. O autor assinala que foi em nome do respeito às diferenças e à identidade cultural de cada povo, que o racismo se reformulou e se mantém nos países da Europa ocidental contra os imigrantes dos países árabes, africanos e outros dos países do terceiro mundo, a partir dos anos 1980 e presentes nos 2016 5, como por exemplo, com os imigrantes na Europa.

Munanga (2003) assinala que no fim do século XX e início deste século, tem-se testemunhado um racismo que não precisa mais do conceito de raça no sentido biológico para decretar a existência das diferenças entre grupos estereotipados. Enquanto o racismo clássico se alimenta na noção de raça, o racismo novo se alimenta na noção de etnia.

Vale ressaltar que a maioria dos pesquisadores brasileiros que atuam na área das relações raciais, recorre com mais frequência ao conceito de raça. Esses pesquisadores empregam o conceito, não para afirmar sua realidade biológica, mas sim para explicar o racismo, na medida em que esse fenômeno continua a se basear em crença na existência das raças hierarquizadas, raças fictícias ainda resistentes nas representações mentais e no imaginário coletivo de todos os povos e sociedades contemporâneas.

Para Munanga (2003), carregamos o saldo negativo de um racismo elaborado no fim do século XVIII aos meados do século XIX. Desse modo, os movimentos sociais (Movimento Negro) exigem o reconhecimento público de sua identidade para a construção de uma nova imagem positiva.

No Brasil existe a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica (Brasil, 2010). Entende-se que qualquer análise do racismo brasileiro deve considerar de início três grandes processos históricos: primeiro, o processo de formação da nação brasileira e seu desdobramento atual; segundo, o intercruzamento discursivo e ideológico da ideia de raça com outros conceitos de hierarquia (como classe, gênero e idade); terceiro, as transformações da ordem socioeconômica e seus efeitos regionais.

Aprofundando essa discussão sobre racismo, encontramos autores como Essed (1991), Rosenberg et al.(2003) e Guimarães (2005), que adotam uma concepção de racismo que integra as dimensões estruturais e simbólicas. Esta conceituação considera o preconceito interpessoal como apenas uma das possíveis manifestações do racismo. Ou seja, o racismo brasileiro não se confunde com preconceito. Portanto, combater o “discurso racista”, o racismo, não significa lutar contra indivíduos, mas se opor às práticas e ideologias pelas quais o racismo opera através das relações culturais e sociais. No plano simbólico, o racismo opera por expressão aberta de preconceito racial, considerando os negros como inferiores aos brancos. Esse plano do racismo é devastador, mas é insuficiente, por si só, para explicar toda a desigualdade racial brasileira. No plano material, negros não têm acesso aos mesmos recursos públicos que os brancos, inclusive aqueles destinados para as políticas públicas.

Políticas de Ação Afirmativa

Nas últimas décadas, o Estado brasileiro vem se movimentando no sentido de atender antigas demandas da comunidade. Exemplo disso são as ações específicas, direcionadas à camada da população que, em virtude de sua origem étnico-raciais, vivencia privações de diversas naturezas. Nesse sentido, o Estado vem implementando políticas públicas, com vistas à superação das desigualdades étnico-raciais no país (Ribeiro, 2011). A partir dos anos 1990, as políticas de ações afirmativas, entendidas como uma política de combate às desigualdades historicamente acumuladas, apresentam-se como uma possível estratégia para o alcance da democracia racial.

O Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Brasil, 2012).

Entende-se que a profusão de discursos e práticas sobre ação afirmativa com recorte racial do Brasil do segundo milênio criou sustentação para novos temas para a pesquisa acadêmica, que também passa a contribuir para difusão desses discursos e práticas fora dos muros universitários (Silva Júnior, 2012).

Na contemporaneidade o Brasil já dispõe de importantes núcleos de pesquisas que vem efetuando diagnósticos, avaliações, simulações e projeções de experiências concretas de ação afirmativa relativamente ao ensino superior brasileiro.

Artes (2013), em *Estudantes de pós-graduação no Brasil: distribuição por sexo e cor/raça a partir dos censos demográficos 2000 e 2010*, chama a atenção para as

mudanças no perfil dos estudantes nos aspectos de pertencimento racial e origem social, entre outras. Para essa autora, tais mudanças devem ser avaliadas no contexto das políticas de ação afirmativa, que foram adotadas por governos no gerenciamento de suas políticas para o ensino superior. Entendemos que as ações afirmativas com um recorte racial são uma das estratégias para o enfrentamento do racismo na sociedade brasileira.

Artes (2015) aponta uma população maior do sexo feminino de pessoas que frequentam a pós-graduação no mestrado ou doutorado (52%). Ou seja, 45,4% dos estudantes de mestrado são do sexo masculino e 54,6% são do sexo feminino. No que se refere ao doutorado, encontramos uma população masculina de 49,2% e feminina de 50,8%. Verificou-se também que apenas 11,6% dos estudantes de mestrado são homens negros e 14,5% são mulheres negras. No que tange o doutorado, encontramos uma população masculina de negros de 11,8%, e feminina de 10,5%. Isso implica que temos que avançar muito em termos de equidade na pós-graduação na sociedade brasileira.

Metodologia

Para esta pesquisa adotamos o método da hermenêutica de profundidade (HP) – proposta de Thompson (2011), que propõe o estudo da construção e contextualização social das formas simbólicas. As formas simbólicas são aqui entendidas como ações, falas, imagens e textos recebidos, reproduzidos e colocados em circulação. Para este estudo o *corpus* é constituído da transcrição em textos de discursos captados a partir de entrevistas semi-estruturadas com os atores sociais, sobre suas trajetórias educacionais até o mestrado, bem como de informações dos respectivos currículos localizados na Plataforma Lattes.

Thompson (2011) compreende sua aplicação em três fases: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva e interpretação (ou reinterpretação). Adotamos também, a “análise de conteúdo”, seguindo as orientações Bardin (2011) e Rosemberg (1981). Adota-se para o estudo o conceito de discurso, que para Thompson (2011), se manifestam em modos particulares de uso das formas simbólicas, em particular da linguagem, e não apenas refletem as relações sociais, mas participam de sua construção (Thompson, 2011).

Logo, definimos as seguintes questões: como os negros que passaram pelo sistema educacional relatam essas trajetórias? Que estratégias individuais são possíveis de se apreender em discursos étnico-raciais sobre o acesso, permanência e titulação na pós-graduação?

Resultados e discussão

Focalizando os Currículos Lattes dos pesquisadores entrevistados, identificamos que os títulos de mestres estão localizados nas grandes áreas das Ciências Humanas e Ciências da Saúde, em duas universidades públicas (São Paulo, SP e Florianópolis, SC) e uma universidade privada (São Paulo, SP), com pesquisas realizadas sobre relações raciais.

Autores como Bourdieu (1998), Beltrão & Teixeira (2004) já alertavam que a presença negra na universidade, além de reduzida, é desigual e restrita a algumas áreas. Assim os resultados desta pesquisa apontam também coincidência nesta direção. Isto é, compartilhamos das reflexões dos autores no que se refere aos lugares ocupados por negros e brancos no mercado de trabalho brasileiro que apresenta reduzida presença de negros em determinadas carreiras. Portanto, a seletividade persistente do sistema educacional brasileiro justifica a adoção de políticas de ação afirmativa na educação superior no país.

O segundo enfoque assinalado refere-se às entrevistas realizadas. Dos quatro entrevistados, três deles, dois homens e uma mulher são solteiros, e uma é casada. Um dos entrevistados nasceu no Estado da Paraíba- PB e os demais no Estado de São Paulo. Todos são residentes na cidade ou região metropolitana de São Paulo, pertencentes a grupos de menor *status* socioeconômico e que tiveram que superar barreiras raciais e desigualdades sociais durante suas trajetórias de vida e educacional (renda, região e local de residência) aspectos estes limitadores do acesso a melhores condições de vida e aos bens e serviços que garantem estes direitos.

Somente uma entrevistada percorreu toda a sua trajetória educacional rede de ensino público, inclusive na pós-graduação. No Brasil, há uma tendência de que famílias de setores da classe média paguem escola privada até o final do ensino médio para garantir que seus filhos ingressem em instituições públicas de ensino na educação superior. Há uma reversão da lógica democrática. Dessa forma, alterações nesse acesso eram necessárias e elas vieram de várias formas (política de cotas, Enem).

No que se refere à família, primeiramente identificamos que a reduzida escolaridade dos pais não foi impedimento para que eles acompanhassem, orientassem e contribuíssem para a extensão dos estudos dos filhos.

De modo geral, a população negra frequenta a escola pública desde a creche, mas há escolas com alternativas de maior ou menor jornada escolar, turnos, qualificação de

professores, disponibilidade de material didático, quantidade de alunos, ferramentas tecnológicas. Isto é, sabemos que escola que negros e pobres frequentam não é exatamente a mesma escola de brancos e não pobres.

No que diz respeito aos apoios recebidos e as barreiras enfrentadas para que os entrevistados ingressassem, permanecessem e concluíssem o curso de mestrado, por um lado, contaram com apoios: da família e de amigos (afetivo, financeiro, acompanhamento, orientação, assistência); do Estado (agências de fomento, sistema educacional com significativa presença do professor); de outras instituições (igreja, organizações internacionais, trabalho), além do esforço próprio.

Por outro lado, os entrevistados enfrentaram barreiras (preconceitos, discriminação, estereótipos), no âmbito escolar e fora dele, além de terem que conciliar trabalho e estudos, enfrentando barreiras geográficas (percorreram grandes distâncias entre a residência, o local de trabalho e a universidade, com transporte público precário).

De modo geral a população negra no Brasil tem várias barreiras que impedem o acesso à mobilidade educacional e social (segurança pública, sistema de saúde, transporte público de qualidade, habitação, emprego, educação de qualidade), isto é, a população vive em áreas mais distantes dos centros urbanos e/ou a áreas desprovidas de infraestrutura e equipamentos públicos.

Fica evidenciado nesta pesquisa que entrevistados vêm de um sistema educacional onde as disciplinas de base que abordam a temática das relações raciais, por eles pretendida, praticamente inexistem nas ementas da educação superior/pós-graduação. Soma-se a isso o desconhecimento de orientadores sobre o tema das relações raciais. Isto implica dificuldades para o desenvolvimento de pesquisas.

Verificou-se ainda que parte dos entrevistados trabalhou durante a formação superior/pós-graduação (duas mulheres). Se por um lado isso pode favorecer o processo de emancipação familiar, por outro lado, aponta que as entrevistadas trabalharam para custear sustento pessoal e familiar. Isto pode ser explicado pela limitação do número e de valores das bolsas de estudos em programas de pós-graduação, incompatíveis com as necessidades materiais dos pesquisadores.

Uma entrevistada atua na área da saúde (enfermeira), outros três trabalham na área da educação (dois professores da educação básica e uma formadora educacional), esta última, ligada diretamente a formação de professores. Os entrevistados de modo geral sublinham a importância da formação de professores e a temática História e

Cultura Afro-Brasileira e Africana. Isto é, nós estamos começando a formar pessoas para atuar na educação sobre relações raciais.

Considerações finais

Os resultados indicam que as trajetórias educacionais dos entrevistados desta pesquisa foram pautadas de desigualdades sociais em razão de um racismo que integra as dimensões estrutural e simbólica na sociedade brasileira. Isto é, esse racismo atenta simultaneamente para as dimensões simbólica e estrutural na produção e sustentação de desigualdades sociais.

Esta pesquisa dialoga também com as dimensões da exclusão social, proposta por Sawaia (2006), abrangendo as dimensões objetiva, referente à desigualdade social; ética, referente às injustiças sociais; subjetiva, referente ao sofrimento ético-político produzido pela exclusão social. Desse modo, nossa pesquisa se associa ao coro que questiona as desigualdades sociais e colabora com essa luta, mostrando o embate entre as formas “sutis” de manutenção de estrutura excludentes em políticas públicas de inclusão e a potência de resistência dos sujeitos, indicando que ao mesmo tempo em que tais políticas são fundamentais para a superação de desigualdades, elas só se efetivam pela ação e força dos sujeitos e dos movimentos sociais.

Referências

Artes, A. (2013). *Estudantes de pós-graduação no Brasil: Distribuição por sexo e cor/raça a partir dos Censos Demográficos 2000 e 2010*. In: 36a Reunião Anual da Anped. Goiânia, GO.

Artes, A. (2015). *Desigualdade de cor/raça e sexo entre estudantes e titulados na pós-graduação brasileira 2000 e 2010*. Relatório de Pesquisa do Projeto Equidade na Pós-Graduação, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, SP.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Capa de Edições 70.

Beltrão, K. I. Teixeira, M.D.P. (2004). *O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000*. Rio de Janeiro: IPEA.

Bourdieu, P. A. (1998). Escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Nogueira, M. A.; Catani, A. (Orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis, Vozes.

Brasil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 27 agosto, 2016, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

_____. Lei 12.288 de 20 de julho de 2010.(2010). Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, DF. Recuperado em 10 agosto, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm.

_____. Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.(2012). Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF. Recuperado em 11 de outubro de 2012, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm.

_____. Lei nº 7.423, de 17 de dezembro de 1985. (1985). Revoga a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que “dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola”, bem como sua legislação complementar. Brasília, DF. Recuperado em 15 de janeiro, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7423.htm.

Essed, P (1991). *Understanding everyday racism: interdisciplinary theory*. Londres: Sage.

Gomes, N.L. (2012). Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul.-set.

Guimarães, A. S. A.(2005). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

_____.(2002). *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34.

_____.(2003). Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Educação e Pesquisa*, 29(1), 93-107. <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022003000100008>

Munanga, K.(2003). *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação. Rio de Janeiro: PENESB.

Ribeiro, M. S.(2011). *Diversidade cultural nas políticas públicas: uma análise das Leis 10.639/03 e 11.645/08*. (em mimeo).

Rosemberg, Fúlvia.(2006). *Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: pontos para reflexão*. (mimeo).

_____.(2001). Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 151-198.

_____.(1981). Da intimidade aos quiprocós: uma discussão em torno da análise de conteúdo. *Cadernos CERU*, São Paulo, n.16, p. 69-80, nov.

Rosemberg, F., Bazilli, C., & Silva, P. V. B.(2003). Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*, 29(1), 125-146.

Santos, A.O., Schucman, L.V. & Martins, H. V. (2012). Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(spe), 166-175.

Sawaia.B.B.(2006). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.). *As artimanhas da exclusão uma análise ético-psicossocial da desigualdade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Silva Júnior. E. (2012). Ação Afirmativa: um produto genuinamente nacional. In : *Relações raciais no contexto social, na educação e na saúde: Brasil, Cuba, Colômbia e África do Sul* / Organizadora Iolanda de Oliveira – Rio de Janeiro: Quartet, 2012.

Silva, M. A.B. (2016). *Discursos étnico-raciais proferidos por pesquisadores/as negros/as na pós-graduação: acesso, permanência, apoios e barreiras*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Thompson, J. B.(2011). *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes.